

OS POVOS INDÍGENAS E A LUTA PARA SEREM ESCUTADOS INDIGENOUS PEOPLES AND THE STRUGGLE TO BE LISTENED VALÉRIA MARQUES, CLÁUDIA SAMPAIO

Valéria Marques Batista é Cientista Social, Mestre em Sociologia e doutoranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ativista na luta dos povos indígenas e pesquisa políticas públicas, teoria sociológica, educação ambiental, saúde, psicossociologia de comunidades e ecologia social. valeriabattista49@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/5935234201397382>

Cláudia Regina Brandão Sampaio é Psicóloga, Mestre em Educação e Doutora em Saúde Pública, com Pós-doutorado em Psicologia Comunitária. É Professora Associada da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da mesma instituição. Dirige o Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário - LABINS, onde coordena pesquisas sobre adolescentes e contextos de vulnerabilidade, arte e processos psicossociais, subjetividade, cultura e processos identitários, análise de serviços de atenção a indivíduos e grupos em vulnerabilidade, medidas socioeducativas e políticas públicas. claudiasampaio@ufam.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/9255099700096438>

ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Como citar esse texto: BATISTA, V. M.; SAMPAIO, C. R. B. Os povos indígenas e a luta para serem escutados. **VIRUS**, n. 25, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v25/744/744pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Marcelo Tramontano: Valéria, muitíssimo obrigado por aceitar esse convite através da professora Cláudia Sampaio, a quem igualmente agradeço por seu generoso aceite. Para a vigésima quinta edição da revista VIRUS, que tem como tema "Arquiteturas contra-hegemônicas", recebemos vários trabalhos que tratam da questão indígena e dos povos originários, parecendo-nos, portanto, muito oportuno ouvir você, que tem reconhecida expressão na área. A professora Cláudia, com seu longo e profícuo histórico de coordenação de pesquisas neste campo, ligadas à área da Psicologia Social, gentilmente aceitou nosso convite para entrevistá-la nesta tarde de dezembro.

Cláudia Regina Brandão Sampaio: Agradeço a Valéria Baniwa, mulher pesquisadora participante e ativista em questões indígenas e referência no Amazonas, por aceitar estar nesse momento de construção, contribuindo para esta reflexão. Valéria tem uma história de vida muito ligada ao espaço da cidade, pois viveu e vive como indígena no contexto urbano. Valéria conhece tanto as associações indígenas, quanto transita no espaço acadêmico. Ter você aqui hoje é um privilégio, pois, através de você, podemos ter acesso a uma memória dos primeiros habitantes da nossa terra.

Temos, assim, a oportunidade de pensar questões a partir da tensão entre o que é hegemônico e o que é contra-hegemônico na produção da vida material e da vida simbólica dos diversos grupos indígenas, neste território multicultural que é a cidade. Particularmente na região amazônica, que é o lugar de onde nós falamos, essas tensões estão sempre muito presentes, embora com frequência não sejam visíveis. De fato, elas são invisibilizadas por muitos movimentos hegemônicos de silenciamento que ameaçam paralisar os modos de vida, modos de ser e de se construir a vida segundo outros princípios. Este lugar, onde podemos discutir o contra-hegemônico, constitui uma forma de tornar visíveis essas tensões que nos atravessam a todos.

A revista VIRUS nos propõe destacar a questão da contra-hegemonia a partir do âmbito da arquitetura e do urbanismo. Eu diria que a produção do espaço urbano constitui uma das expressões das dimensões da vida, uma vez que envolve a produção do espaço social e suas instâncias entre privado, coletivo e público. Mas há muito mais. Há muitas formas, inclusive violentas, de se produzir os modos de vida hegemônicos que se impõem sobre os demais. Pensando nos povos indígenas e na perspectiva de partirmos daquilo que estamos denominando hegemônico e contra-hegemônico, acho importante situarmos a discussão considerando a pluralidade destes povos.

É importante não cair em equívocos passados, em que os povos indígenas eram vistos de forma homogênea, colocados dentro de uma categoria única – o "índio" –, como se se tratasse de um único grupo, com um espectro cultural igualmente único. Nós reforçamos o reconhecimento da pluralidade dos povos indígenas quando falamos dos movimentos de existência e de resistência e sua relação com os modos hegemônicos, e afirmamos a condição multiétnica do território desses povos, também chamados de povos tradicionais e povos da floresta. Eu penso que podemos nos referir, sim, a povos indígenas porque há algo em comum nos seus modos de produzir a vida, ainda que também haja diferenças: as várias etnias têm especificidades e particularidades, o que exige estarmos atentos a essa pluralidade.

Nós entendemos os povos indígenas como uma categoria que se situa no contra-hegemônico, e que apresenta pontos em comum que operam articulando-os. Na região amazônica, os povos indígenas chamam-se uns aos outros de parentes, como irmãos. Então, há algo a que podemos nos referir como a uma identidade coletiva, que se constrói juntamente com as várias especificidades. Eu quis aqui brevemente situar a questão e pediria agora que você falasse da sua trajetória, Valéria, como mulher indígena e sua especificidade Baniwa.

Valéria Marques Batista: Boa tarde a todos, agradeço imensamente à Cláudia e a vocês da revista VIRUS pelo convite. Eu sou Valéria Marques, atuei como professora da Secretaria de Educação do Amazonas - SEDUC e trabalhei em ONGs com projetos sociais junto a ONGs, em Manaus, no Museu da Amazônia - MUSA e na Fundação Vitória Amazônica¹. Também atuei em uma secretaria de movimentos sociais e moradia e, mais recentemente, em projetos habitacionais para populações de áreas vulneráveis. Dentro dos projetos das ONGs, trabalhei com a questão da educação digital escolar indígena buscando desenvolver uma ferramenta digital com professores indígenas, com uma grande multinacional que

¹ Fundação Vitória Amazônica. Mais informações: <https://www.fva.org.br/en/about/>.

todos conhecem, chamada Fundação Telefônica Vivo, em parceria com uma ONG e a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, atendendo a professores ribeirinhos, rurais e indígenas.

Estou atualmente cursando doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ na área de psicossociologia de comunidades e ecologia social, após uma especialização sobre enfrentamento da violência doméstica e um mestrado em sociologia, ambos na Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Até o mestrado, eu trabalhei com políticas públicas para mulheres na cidade, mas agora, no doutorado em psicossociologia, resolvi fazer um trabalho com o meu povo. Vocês provavelmente conhecem a realidade que, no momento atual, o povo indígena vive no Amazonas, como objeto de um projeto político necrófilo, que realmente visa nos exterminar. Chegamos a pensar que agora era chegado o caos, o fim do mundo, mas nós resistimos e resistiremos sempre, como diz Conceição Evaristo²: "eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer". Assim vamos vivendo o Re-existir, "resistir para existir", como já disse Ailton Krenak³.

Estamos, neste momento, nos fortalecendo no que chamamos de retomada do movimento social indígena, desde meados de março de 2022, na cidade de Manaus. Estamos procurando nos reorganizar para nos tornarmos novamente visíveis, porque a nossa invisibilidade é um dos objetivos daquele projeto político que entende que a nossa memória tem que ser apagada. Ao compreendermos esse desejo de nos exterminarem, decidimos buscar levar as pessoas brancas, principalmente, a reflorestar e curar a sua mente nessa terra. Porque ainda existe um caminho. Ainda existe o rio a percorrer. Então, entendemos que nós, indígenas em contexto urbano, temos que nos reorganizar, e por isso realizaremos em breve a primeira Conferência Nacional dos Indígenas em Contexto Urbano, seguida de conferências municipais.

A família da minha mãe veio de São Gabriel da Cachoeira, um município amazonense do Alto Uaupés, Rio Içana, que agrega o maior número de indígenas do Brasil. Eu sou do povo Baniwa⁴, um povo xamã⁵, de cura, de magia, mas que teve muitas pessoas convertidas à igreja evangélica, a partir de 1987. Como vocês sabem, a presença evangélica é muito forte nas comunidades indígenas, e os missionários cristãos contribuíram para a nossa colonização cultural e para a tomada da nossa língua. Sobre esta questão, eu tive, recentemente, que confrontar, durante pesquisa de campo para a minha tese, uma das maiores lideranças do nosso povo, André Baniwa. Ele escreveu um livro⁶ sobre a cultura do Bem Viver e viver bem segundo os Baniwas, e quando o li me senti incomodada porque percebi que a cultura indígena estava, ali, bastante imbuída de questões evangélicas. Eu o questionei argumentando que o nosso povo é xamã e que eu aprendi isso com a minha avó, na minha comunidade. Eu também fui catequizada por missionários, mas a minha avó cultivou em nós, seus filhos e netos, os costumes e a cultura Baniwa – a cultura da roça, do ajuri, que é um trabalho coletivo, da coivara, que é a prática de queimar a roça, dos remédios, e da medicina através da benzedura e da defumação.

Nós fomos criados pela minha avó com esses costumes e depois viemos estudar na cidade. Minha família veio do Rio Içana para São Gabriel da Cachoeira, passando por Cucuí, e logo foi levada para o Baixo Rio Negro, onde encontrou evangélicos e famílias abastadas que apadrinhavam crianças. Aqui no Amazonas, nós chamamos de compadrio a prática de pessoas que buscam crianças indígenas dizendo aos pais que vão levá-las para a cidade para estudar, mas na realidade as levam para escravizá-las. Foi o que aconteceu com a minha família, trazida para a cidade por uma família branca, tendo sido violentada de muitas maneiras através de trabalho escravo, inclusive infantil, e todas as violências possíveis. Com muito medo, conseguiram fugir de canoa, pelo rio, mas minha avó, desde então passou a viver com restrições para falar, numa memória apagada, instruindo-nos silenciosamente a manter em segredo nosso pertencimento ao povo indígena. A violência

² Maria da Conceição Evaristo de Brito é escritora e doutora em Literatura Comparada, autora de diversos livros e textos de ficção e não ficção, abordando questões dos povos afro-brasileiros. Mais info: <https://bit.ly/2VCVTzI>.

³ Ailton Krenak é um líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia indígena Krenak. É também Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e é considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro, possuindo reconhecimento internacional. Mais info: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ailton_Krenak.

⁴ Baniwa: Povo indígena amazônico distribuído em 93 povoados, comunidades e sítios. Em 2000, somavam aproximadamente 15 mil indivíduos, sendo 4.026 no Brasil. Nas comunidades do Alto Rio Negro, no Amazonas, particularmente nas cidades de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos, é onde se registra a maior presença do povo Baniwa. Mais info: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Baniwa>.

⁵ Xamã é um portador de função religiosa, um sacerdote do xamanismo, que atua como mediador dos espíritos, acessando o mundo espiritual e realizando trocas com a finalidade de garantir a caça ao grupo. Mais info: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Xamã>.

⁶ Baniwa, André. **Bem viver e viver bem segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro**. Curitiba: Ed. UFPR, 2020.

havia nos silenciado e tentado apagar nossa memória.

Minha mãe decidiu que não seríamos dados a ninguém e que iríamos estudar. Ela própria, quando criança, havia sido dada a uma família na cidade que lhe deu um novo nome e uma nova data de nascimento, reafirmando as tentativas de apagamento de que falei. Vivíamos no nosso silêncio morando fora da comunidade, em um bairro da cidade. Minha mãe trabalhava no Distrito Industrial e fazia muitos trabalhos informais para garantir nosso sustento, desde vendas porta-a-porta até jogo do bicho. Nem sempre havia pão em casa, mas havia bolinho de farinha, bolinho de macaxeira, bolinho de alguma coisa que minha mãe inventava, porque as mulheres têm essa força inventiva na adversidade. Na minha pesquisa, tenho procurado fundamentar teoricamente a hipótese de que, no Amazonas, a sociedade é matriarcal. Eu cresci com mulheres que se refaziam todos os dias e que, até mesmo para prover comida, nos momentos de dificuldade, buscavam conhecimento nos saberes ancestrais. O saber ancestral não é somente passado, mas futuro, e Ailton Krenak acaba de lançar um livro sobre isso⁷.

A nossa ancestralidade somos nós, que vamos envelhecendo e ficando mais sábios, porque envelhecer traz sabedoria e experiência, e não é motivo de vergonha. Os nossos avós que se foram também são as nossas ancestralidades, que nos ensinaram toda a comida afetiva, modos de lidar com a casa e de fazer uma casa. Minha avó fazia a casa dela de paxiúba⁸. Não sei se vocês conhecem esta planta, bem fina mas muito forte. Minha avó fazia a casa dela de paxiúba, às vezes utilizava palha branca e outras vezes fazia a casa de barro, mas ela mesma fazia. Eu me impressionava com a facilidade com a qual ela mudava os usos da casa dela: às vezes, trazia a cozinha para os cômodos da frente, às vezes, botava a cozinha lá para trás e fazia um salão na frente, onde realizava os rituais e as rezas para Santo Antônio, porque ela também havia sido catequizada. A casa ficava no alto, era uma palafita ainda que em terra firme, porque o Rio Negro é terra firme, onde ela cultivava muitas frutas, junto com meu tio. Quando ela morreu, meu tio deixou de ir pescar, não quis mais ir plantar, pediu à minha mãe um *freezer* e começou a comprar alimentos congelados e enlatados. Nada, a partir de então, era mais como antes.

Minha mãe não sabia o que era a organização indígena, que eu vim a conhecer na universidade. Quando comecei meus estudos de graduação em Ciências Sociais, meu professor de Antropologia me incentivou a assumir minhas raízes, despertando meu interesse pelo debate sobre a questão indígena dentro da universidade. Passei, então, a conectar vários aspectos da minha história, conheci outros indígenas, inclusive de São Gabriel da Cachoeira, que me falaram do movimento indígena na cidade, e eu comecei a entender como os movimentos indígenas se organizavam para exigir políticas sociais visando conseguir melhor educação, melhor saúde, melhor habitação, emprego, seguridade social, etc..

Hoje, usamos a designação "indígena" em lugar de "índio", que se tornou um termo pejorativo, e também nos referimos aos diversos povos: povo Baniwa, povo Tucano, povo Baré. Estas denominações ajudam a não sofrermos mais com o uso de termos pejorativos, porque, entre povos indígenas, sentimo-nos parte uns dos outros, temos um pacto de irmandade entre nós e, por isso, somos parentes. Hoje, sinto-me bem em encontrar parentes no contexto urbano e sentir-me parte desta cultura. Sinto alegria quando encontro alguém do nosso povo na universidade ou mesmo em um *shopping* ou em algum evento. Porque minha mãe nem se autodenominava mais indígena, os meus tios já se diziam ribeirinhos, por medo de sofrer violências novamente, mas quando cheguei à universidade e aprendi sobre a questão indígena, decidi que não vou mais me silenciar. Quero viver abertamente esta cultura também em meio urbano. Muitas pessoas não querem nos reconhecer, a nós, que vivemos na cidade, como indígenas. Mas, mesmo tendo saído da nossa aldeia ou da comunidade, não deixamos de ser indígenas. Mesmo tendo vindo para a cidade e agregado conhecimentos ocidentais e acadêmicos, não deixamos de ser indígenas. Vive-se melhor na cidade, ainda que a vida na floresta, a vida no coletivo, na comunidade, e a pesca no rio façam tanta falta. O indígena se refaz na vida na cidade, porque, na aldeia, temos os nossos costumes de plantar e colher, de fazer o chá, de não comprar o cheiro verde⁹ porque é cultivado em casa. É uma vida muito conectada aos ciclos da natureza, despertando às 5 horas da manhã para ir à pesca, preparando o almoço às 7 horas para levar para a roça, almoçando às 10 horas.

⁷ KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

⁸ Mais info: https://pt.wikipedia.org/wiki/Socratea_exorrhiza.

⁹ Mescla de ervas aromáticas, principalmente coentro e cebolinha.

Na cidade, os coletivos indígenas organizam-se em comunidades e algumas delas tornaram-se bairros, como o caso pioneiro e mais conhecido em Manaus, que é o Parque das Tribos¹⁰, antiga comunidade que foi se transformando em bairro através de muita luta, em boa medida liderada pela grande amiga Cláudia Baré¹¹. Ela fundou a escola indígena do Parque, uma grande conquista, e tem se dedicado às causas dos povos indígenas. No entanto, dentro dessas comunidades, estamos sofrendo bastante com o tráfico [de drogas], que existe não apenas na sociedade branca, mas também dentro das comunidades, infelizmente. Aqueles moradores que se mostram muito, aqueles com maior expressão no coletivo, eles [as pessoas envolvidas com o tráfico] começam a querer silenciar. A pandemia de Covid-19 também constituiu uma grande agressão ao nosso povo, agravada pela ausência de políticas urbanas e sociais. Nós nos unimos através das redes sociais, inclusive por radiofonia, com aqueles que vivem na floresta, para salvarmo-nos uns aos outros, porque o socorro do Estado foi tardio, as cestas básicas quase não existiram, e nem mesmo fomos autorizados a enterrar os nossos mortos segundo nossos rituais. As mulheres indígenas foram para a frente de luta, confirmando a minha tese de que nós, amazônidas, somos matriarcais.

A infraestrutura pública em Manaus é muito ruim: a cidade não conta com planejamento urbano e a administração pública não se preocupa com direitos humanos, nem com a qualidade da vida urbana, e não temos posto de saúde nas comunidades indígenas. Os vários governos que se sucederam no Amazonas foram e continuam sendo todos oligárquicos. Nunca houve aqui um governo estadual de esquerda que pensasse nas minorias, mesmo tendo havido um Presidente da República de esquerda, que trabalhou sobre políticas para o Meio Ambiente, sobre a questão da habitação e da nossa identidade cultural. Estas pautas têm que ser priorizadas.

Nós temos em Manaus, hoje, setenta e sete comunidades indígenas em contexto urbano, e vinte e cinco no seu entorno e na área rural. Todas vivem sem saneamento básico e sem equipamento público de saúde. Foi por isso que, durante a pandemia, Vanda Ortega, que é outra grande liderança no Amazonas, denunciou ao mundo todo que nós não estávamos sendo atendidos, e, naquele momento, foi realmente porque eles [a administração pública] não queriam nos reconhecer. Eles nos invisibilizaram. Novamente mulheres das comunidades foram para a frente de luta pedir por saúde, pedir um hospital indígena, resultando na criação de uma ala indígena e, depois, de uma Unidade Básica de Saúde temporária. E aí a própria comunidade teve que se organizar, no Parque das Tribos, para criar um hospital de campanha a partir de doações. Também criaram o *slogan* "Vidas indígenas importam!" e iniciaram uma campanha que recebeu o apoio de artistas de todo o país e até do papa. Algumas associações de mulheres ajudaram mulheres em situação de emergência em razão da Covid-19, como a Associação de Mulheres do Alto Rio Negro - AMARN¹², criada na década de 1980, que apoia mulheres advindas do Alto Rio Negro para trabalhar como empregadas domésticas. É muito lindo ver esse coletivo, essa frente de mulheres, esse movimento matriarcal e participar desta construção.

CS: Valéria, sua fala realmente é muito rica e confirma algumas das questões que eu considero importantes discutirmos. Uma das suas colocações que eu quero destacar é sobre a questão do Bem Viver ou sobre o que é o bem-estar. O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia¹³, coordenado pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, pesquisador da UFAM e UEA, já realizou levantamentos a partir das populações tradicionais na Amazônia com mais de quatrocentos grupos, sobre suas identidades coletivas, que reafirmam seu território, seu espaço, seu modo de vida. A partir do lugar dele de antropólogo pesquisador, o professor Alfredo escuta e discute a maneira como esses povos compreendem o que é o Bem Viver. Discute também como eles definem seu território: aquilo que é importante, aquilo que é imprescindível para viver e afirmar sua identidade e seu modo de vida, tanto em termos materiais, como simbólicos, como no exemplo do xamanismo que você trouxe.

Você traz, aliás, exemplos magníficos de como discutir o espaço urbano segundo a compreensão do Bem Viver, além de relatar movimentos de resistência a partir da sua história pessoal. Você mencionou, por exemplo, que a sua família veio para a cidade e ficou isolada de outros parentes, até que, em um dado momento, ao ir para

¹⁰ Parque das Tribos, mais info: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/parque-das-tribos-mulheres-indigenas-lideram-resgate-cultural/>.

¹¹ Cláudia Baré, mais info: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/claudia-bare-professora-que-luta-pela-alfabetizacao-nas-tribos-indigenas-do->

¹² AMARN, mais info: https://www.artesol.org.br/associacao_das_mulheres_indigenas_do_alto_rio_negro_amarn.

¹³ Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, mais info: <http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/>.

universidade, você teve a oportunidade de refletir e até de recuperar a memória histórica do seu povo, e de se reconhecer nessa identidade. Outro exemplo que você também traz é o da alegria quando os parentes se encontram na cidade, seja num *shopping*, seja em locais mais organizados, como o Parque das Tribos, e este encontro entre os parentes é importante para afirmar a identidade coletiva.

Parece-me que esta questão do reconhecimento identitário e do fortalecimento desta identidade exige, sim, um encontro com os parentes. Eu fico pensando se as nossas cidades realmente proporcionam espaços para estes encontros, para além do espaço físico das associações, que, sabemos, compõem um movimento de resistência. A cidade permite o encontro ou, ao contrário, nos segmenta, fragmenta, e isola? Estas questões fazem parte, a meu ver, do pano de fundo da questão do Bem Viver. Porque do não reconhecimento da própria identidade já deriva uma fragilização dela, como você bem expõe, na história da sua família. E, inversamente, o reconhecimento traz o fortalecimento e a recuperação desses modos de vida. Você trouxe também uma experiência muito tocante ao recordar que as frutas e o cheiro verde eram plantados em casa, o que pressupunha a não separação entre os espaços da moradia e de produção de alimentos, além do espaço de acesso a um alimento como o peixe, que chega às 5 horas da manhã, inclusive ao indígena que não exerce mais a prática da pesca no espaço urbano.

Acho interessante pensar esse modo de vida, que aqui estamos entendendo como contra-hegemônico, frente à violência da lógica hegemônica da cidade que segmenta todas as áreas da vida. Nós temos um modo de vida no qual os cultos religiosos são feitos num local específico, nosso trabalho é realizado em outro lugar, e nós nos deslocamos da nossa casa a um outro espaço onde ocorre a produção da vida material. O lugar onde nossos filhos estudam também é um outro lugar, distante do lugar de habitar. Diante desta segmentação da vida, você traz alguns exemplos de resistência e de memória que mostram que o Bem Viver articula muitas dimensões da organização da vida material e cotidiana que, no modelo hegemônico, são segmentadas. O ritual indígena, os processos de cura, os cuidados com saúde, a educação, a produção material parecem estar agregados em um espaço muito mais coletivo, em um território que os inclui a todos.

Temos, por um lado, o pensamento de Boaventura de Souza Santos, que fala de diálogo intercultural, que é um pouco o que estamos fazendo aqui agora nesta conversa, onde há o reconhecimento da diferença de saberes que provêm de lugares diferentes. Mas há, por outro lado, o processo da violência cultural, do qual um bom exemplo é a Missão Novas Tribos do Brasil. Trata-se de uma missão evangélica que há muitos anos trabalha na região Amazônica, e tem por objetivo evangelizar povos indígenas. Há aí um processo de violência cultural que, inclusive, leva a uma transformação que você identificou no livro do André Baniwa, no qual a descrição do Bem Viver estava apropriada dos sentidos evangélicos.

Então eu vejo dois movimentos possíveis: um, que me parece ainda muito forte, de uma violência cultural, e um outro, que seria o diálogo intercultural. Eu queria saber como você vê o cenário atual, e se você concorda que, de fato, é possível, no contexto urbano, sustentar um modo de vida e de produção conectado com a afirmação da identidade indígena, diante dessa forte relação de poder pautada pelo modelo hegemônico.

VMB: É muito difícil pensar isso nesse momento, Cláudia, quando os governos estadual e municipal compactuam com o Governo Federal para o nosso extermínio. É horrorizante ver que o governador foi reeleito. Naquele momento difícil da pandemia, em que pensamos que íamos ganhar um hospital, o prefeito nos deu um cemitério indígena. Para mim, isto tudo é revoltante. Porque, para nós, o Bem Viver, o viver bem, é estar bem com a natureza e com o outro. É estar bem com o rio e com os seres humanos com os quais convivemos. São trocas e relações saudáveis: não devo fazer mal à natureza porque dela vou extrair várias coisas, mas também não vou extrair muito porque não preciso. Só que hoje, até nas comunidades do entorno¹⁴ – nossas comunidades – a realidade não é essa.

Se a comunidade é adjacente a uma área de proteção ambiental, toda extração fica proibida, inclusive de peixes e madeira para comercializar. Com esses limites para produzir renda e a necessidade de recursos financeiros, os moradores das comunidades do entorno tornam-se dependentes de auxílios do governo, como Bolsa Família e Auxílio Floresta, cujo valor

¹⁴ Comunidades do entorno são pequenos assentamentos humanos situados em proximidade de áreas de proteção ambiental (APA), áreas protegidas da Amazônia (ARPA) e unidades de conservação (UC).

é muito baixo para suprir as necessidades das famílias. Essas pessoas lutam pela sua sobrevivência dia após dia. Este é um problema que tem que ser debatido juntamente com a questão ambiental. As águas estão poluídas, e estamos tendo um problema sério aqui em relação ao consumo de peixes e surtos de rabdomiólise. Parentes estão morrendo porque as águas estão contaminadas por mercúrio e eles não podem se alimentar de peixe. Em relação à moradia, só os parentes que se organizam conseguem casas, e seus bairros estão sendo tomados pelo tráfico, como eu disse antes. Como então é possível vivenciar o nosso Bem Viver coletivo, sem educação, sem saúde, sem planejamento? Em casas alugadas precárias de madeira, porque poucos vão fazer suas casas de barro e palha, como se faz lá nos seus territórios, porque na cidade não lhes é concedido um território. É preciso educar as crianças, exatamente como a Vanda Ortega e a Cláudia Baré têm feito. Algumas comunidades inclusive conseguiram, com o apoio da SEMED, organizar os Jogos Interculturais Indígenas, com provas de nado, canoagem, arco e flecha e outras modalidades tradicionais.

Porque se nós indígenas queremos que as nossas gerações cultivem as nossas coisas, nós temos que ensinar a elas, senão vão esquecer como se faz. Se nós não cultivarmos, não ensinarmos a plantar, elas vão comer maçãs e não vão mais plantar nossas frutas. Temos que ensinar nossa língua, senão ela vai se apagar. E então o que vai ser o nosso Bem Viver, se permanecemos sendo colonizados, tendo a nossa casa como o branco quer, a nossa escola como o branco quer? Na nossa aldeia, no nosso território, na nossa comunidade, como podemos pensar o meio ambiente? Precisamos pensar qual é a moradia e a identidade cultural que queremos. Nós temos que lutar para preservar o nosso patrimônio histórico, material e imaterial, os nossos cemitérios indígenas, nossa arqueologia, as nossas comidas e nossas casas.

Sobre a questão do espaço urbano, nós não temos um lugar nosso. Temos que lutar o tempo todo para manter os espaços que ocupamos, sempre em uma situação de enfrentamento com os governos estadual e municipal. Estamos sempre repactuando as mesmas coisas, com os antropólogos que se acham donos dos indígenas, com a igreja, que sempre foi dona dos indígenas, com os partidos políticos, etc.. Sendo que nós temos autonomia, e hoje mais do que nunca estamos discutindo a questão da nossa autonomia e as questões étnico-raciais, os preconceitos que sofremos nas escolas, na universidade, lutando por cotas, por acesso e permanência.

Temos direito ao acesso e à permanência, mas este direito é parcial porque não há uma casa do estudante indígena, não há bolsas de estudo para esse estudante permanecer na cidade. Sabemos que há muitas pessoas que não passaram por comissões de heteroidentificação, beneficiando-se de bolsas indígenas, cotas indígenas e cotas negras. E há, por fim, a questão da diversidade sexual, que nunca é comentada porque no Amazonas trata-se de um tema ainda muito estigmatizado, mas o Bem Viver também tem a ver com a questão de gênero. Então é preciso pensar estas questões na cidade, e também na academia, porque a partir da academia podemos extrapolar muros, construir a crítica e contribuir com a luta do povo indígena.

CS: Eu queria destacar algo muito interessante que você disse em relação à ausência de um projeto de urbanização para Manaus e para o conjunto do estado do Amazonas. A proposta de desenvolvimento da região, concebida naquele Brasil governado por militares, não contemplava os indígenas, mas também não contemplava nenhum segmento dos habitantes da região. Esta proposta foi estruturada em torno do desenvolvimento de um polo industrial em Manaus, priorizando determinados interesses que tampouco respeitaram os modos de vida das diversas populações tradicionais. Há estudos sobre os trabalhadores amazônidas do pólo industrial que esboçam linhas de fuga sobre como este trabalho poderia ser subvertido, dentro da lógica imposta, juntamente com a subversão da ideia, erroneamente ligada aos modos amazônicos de produzir, de que o indígena e o caboclo são preguiçosos¹⁵.

Eu concordo com você sobre a extrema dificuldade de se colocar sob uma mesma conformação a diversidade cultural e os modos de vida. Até porque, no cotidiano, as forças hegemônicas se impõem e tendem a apagar a diversidade cultural. Mesmo quando ocorre um diálogo intercultural, me parece que ele vai numa mão única. Os modos ocidentais hegemônicos transferem certos saberes, e muitos indígenas se apropriam deles subvertendo-os, como quando vão para a universidade, porém não para aceitar esse modo de vida hegemônico, mas para se empoderar na construção de um diálogo capaz de reconhecer a igualdade de direitos de diferentes grupos étnicos

¹⁵ Ver MORAES, R. D. ; VASCONCELOS, A. C. L. (Org.). **Subjetividade e trabalho com automação**: estudo no Polo Industrial de Manaus. 1. ed. Manaus: EDUA, 2011.

que afirmam suas necessidades.

Você citou também o momento de fragilização ocasionado pela pandemia, em que Manaus ficou caracterizada como um território da morte, um território de descarte da vida, sobretudo a vida das populações indígenas. A catástrofe humana cultural decorrente da pandemia explicitou esta profunda desigualdade, que se expressa num espaço urbano que não é pensado para nenhum dos grupos locais. Nas populações indígenas, em que o envelhecer significa acúmulo de conhecimento, nós tivemos a morte de muitos líderes idosos, que morreram com os saberes ancestrais e o conhecimento da língua.

Nos grupos indígenas, historicamente tratados com dispositivos de violência dos mais intensos e cruéis, o não reconhecimento da sua humanidade destrói também seus saberes. Eu defendo a Amazônia e Manaus como um território pluriétnico, onde diferentes culturas e modos de Bem Viver estão em contato e produzindo uma cultura híbrida. As culturas dos diversos grupos não são estáticas. Elas se movimentam para diferentes lugares sem que com isso haja, necessariamente, perda de identidade. São várias identidades coletivas, também em movimento, que podem trocar conhecimento através de um diálogo de reconhecimento mútuo, mesmo que esta prática ainda encontre muitas barreiras.

As contribuições do conhecimento das populações indígenas para os modos de vida não indígenas são ainda muito restritas. Os modos não indígenas continuam prevalecendo, e eu ousou dizer que não se trata apenas do modo não indígena do branco, mas de modos que não se relacionam culturalmente com a região amazônica em geral, que nos foram impostos quando se pensou um projeto de Amazônia desconectado da nossa realidade. No período de confinamento da pandemia, nós nos vimos em um processo de adoecimento para além do adoecimento físico, por só sabermos trabalhar nos nossos espaços de produção de vida tão segmentados. Ter que produzir todas as esferas da nossa vida num único espaço era algo que nós não sabíamos fazer porque a nossa arquitetura urbana – da perspectiva da psicologia social – segmenta o nosso fazer. Se não sairmos de casa, a nossa relação com o tempo se altera, talvez porque, dentro da nossa ancestralidade, não acreditamos muito na transmissão do conhecimento através da oralidade. Costumamos deslocar esse papel para a escola, e a escola também teve que funcionar através de aulas *online* com os nossos filhos em casa, simultaneamente ao nosso trabalho produzido em *home office*. Muitas pessoas não conseguiam produzir seu próprio alimento porque nosso alimento não é produzido no quintal da nossa casa. Fico pensando o quanto esse conhecimento indígena poderia ter-nos sido extremamente útil durante a pandemia.

Eu gostaria que caminhássemos para o final da nossa conversa pensando em estratégias para que esse diálogo intercultural impacte mais as nossas vidas, promovendo modificações na relação entre o hegemônico e o contra-hegemônico. Modificações a partir das quais os saberes das populações indígenas sejam mais valorizados e venham a fazer parte também do nosso aprendizado e da construção, talvez, de um novo sentido de Bem Viver. Eu queria ouvir você sobre estratégias ou caminhos para tornarmos conhecido esse patrimônio cultural que nos aponta novos modos de organização da vida. Precisamos de um novo conceito de Bem Viver que difere dos modos hegemônicos de organização da vida, os quais, do meu ponto de vista, têm nos levado a viver vidas pouco saudáveis e nos privado de um sentido de coletividade ausente da nossa estrutura urbana.

VMB: Cláudia, é importante enfatizar que não existe a perda da identidade indígena. É sobre isso que eu estou trabalhando no meu doutorado: não se perde esta identidade. Nós somos indígenas, Manaus é nossa, nós fomos os primeiros a estar aqui. Nos exterminaram, cometeram genocídios contra nós, nos expulsaram, e é por isso que o nosso povo foi morar lá longe, em São Gabriel da Cachoeira, Maués, Santo Antônio do Içá, no Alto Solimões. E é também por não existir a perda da identidade indígena que nós voltamos e estamos de novo povoando a cidade. Daqui a pouco, Manaus será indígena de novo, porque nós nos apropriamos dos saberes acadêmicos ocidentais, do armamento também, para aprender a lutar. É uma luta, e nós estamos nos reorganizando para lutar.

Quando falamos em reflorestar a mente para a cura da terra, é para que vocês façam esse trabalho que estão fazendo, que é o de nos escutar. Nós queremos um espaço na cidade. Várias ocupações de não indígenas se organizaram e conseguiram moradia e saneamento, ainda que precários. Foram conquistas através da igreja, da Pastoral da Terra, de políticos, das igrejas evangélicas. Nós estamos nos reorganizando, agora mais do que nunca, principalmente os indígenas em contexto

urbano, porque nós não podemos ter Bem Viver se o branco não nos ouvir sobre as nossas reais necessidades.

Se nós tivermos educação e saúde dentro do nosso pequeno território, todos vão estar bem amparados. Mas é importante perceber que existem várias barreiras culturais no acesso a esses serviços. Eu, por exemplo, estudei na universidade e entendo como me portar em um atendimento na educação e na saúde. Mas o meu parente que não estudou, que veio da aldeia, ainda fala na sua língua e está morando no bairro Tarumã, tem uma outra compreensão e vai agir de outra maneira. Então é preciso oferecer um atendimento na educação e na saúde que procure entender por que o indígena age daquela forma, por que ele fala daquela forma, por que ele pede coisas daquela forma. É preciso entender por que razões um aluno indígena fala na língua dele, e é também preciso tentar entender o que ele diz.

Nas faculdades, temos lutado pela criação de exames vestibulares indígenas. Essa luta vai prosseguir porque perdemos o nosso Deputado que havia conseguido uma emenda parlamentar para criar o Centro de Saberes Indígenas na UFAM. Este Centro já deveria ter sido criado há muito tempo, nós nunca tivemos esse espaço apesar de tantas alunas e alunos indígenas que já passaram pela UFAM e continuam passando, em vários cursos, alguns inclusive já doutores. Muitos destes egressos são invisibilizados porque não frequentam igrejas, não são membros influentes de algum partido político. Então esse Bem Viver, esse viver bem só vai realmente existir quando as nossas vozes forem ouvidas, quando dizemos, por exemplo, que o tráfico e os mineradores não podem mais entrar nos nossos territórios e contaminar os rios.

Porque os moradores não têm dinheiro para comprar aquilo que eles não podem mais extrair da floresta, em respeito à legislação ambiental. A pesca e o artesanato dependem da nossa relação com a floresta, e não precisamos extrair dela nenhum excedente porque a nossa mente não é capitalista. Só precisamos cuidar da floresta e preservá-la, sabendo, porém, que não existe desenvolvimento sustentável, que esta noção é uma balela, uma falácia. Não existe responsabilidade social porque nenhuma empresa quer exercer responsabilidade social. Então, quem tem que lutar para viver e salvar a sua identidade, salvar os seus modos de viver e seus rituais somos nós, e, para isso, nós temos que ter nosso espaço. Esse espaço nunca foi previsto em planejamento nenhum. Nós participamos das Conferências dos Povos Indígenas para sermos escutados.

Da interculturalidade, hoje também já temos medo. Recebemos pessoas nas comunidades pensando no que elas esperam ganhar, porque, em geral, só elas ganham, sem trazer benefício nenhum para a comunidade. Esse pensamento é muito comum, principalmente em relação a pesquisadores, que sempre fazem muitas perguntas, mas não trazem nada para a comunidade. Então, repito que hoje, não existe a perda da identidade indígena. Existem estereótipos criados pela sociedade branca – e mesmo por alguns parentes – que acham que se você é indígena, você não pode morar em um condomínio, como eu moro. Você tem que morar em uma oca e andar com um cocar na cabeça. Como se eu não tivesse dignidade de estudar e trabalhar, e morar onde eu quiser.

Mas eu conheço Marx, e ele não disse que temos que ser pobres. Marx disse que, como trabalhadora, eu tenho os mesmos direitos dos outros trabalhadores e patrões. É para lutar por direitos iguais que estamos organizando essa conferência dos indígenas em contexto urbano, para sermos incluídos e termos nossos valores considerados nos processos de planejamento da cidade, deixando claro que, mesmo morando na cidade, não perdemos nossa identidade.

CS: Valéria, agradeço a você pelas suas enormes contribuições, reflexões riquíssimas que interessam particularmente ao campo da psicologia social, que é a minha área de discussão, e ao campo da arquitetura e urbanismo, ajudando-nos a pensar os lugares do contra-hegemônico. Eu apenas gostaria de frisar que esses movimentos e associações das mulheres indígenas que você traz, esses movimentos de resistência e de existência, são movidos por mulheres que conseguem colocar em xeque três sistemas que se retroalimentam, que são o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo. Nas associações de produção dos artesanatos, nos modos de se organizar, essas mulheres têm um grande poder. E eu, como pesquisadora também mulher, queria destacar a presença, na sua fala, desse movimento das mulheres indígenas contra essas três forças, muito poderosas, que se articulam aos modos hegemônicos da produção da vida contemporânea. Obrigada, Valéria, pela riqueza dessa troca, por esse momento, e obrigada, Marcelo e comitê da VIRUS, por proporcionar esse encontro.

MT: Eu é que agradeço, Cláudia, a você e à Valéria, por esse diálogo tão rico, tão denso de informações, de reflexões e de novas compreensões. Acho que você tem toda razão em evidenciar a necessidade de reflorestar as

nossas compreensões de mundo e de incluir, nas nossas referências e nas nossas bases, saberes distintos dessa modernidade industrial que nos foi, de alguma forma, imposta. Agradeço imensamente a você, Valéria, pela sua generosidade, desejo que a conferência seja um sucesso e que nós consigamos recuperar esses saberes que não se perderam porque vocês os estão preservando de forma muito potente. Espero que possamos nos somar à luta para compartilhá-los com os brasileiros e o mundo, e que se tornem um bem maior na nossa sociedade e na nossa civilização.

VMB: Queridos, eu desejo que as deusas da floresta os abençoem e protejam. Que toda essa energia do Amazonas esteja sobre as vossas cabeças, sobre as vossas mentes, para que vocês pensem que o futuro é ancestral e que nós, indígenas, estamos aqui, somos parte. Que nós somos também aqueles que construímos esse Brasil, e que não vamos parar nessa caminhada. Reflorestar mentes significa vocês fazerem isto que estão fazendo: me escutar, escutar o quilombo, como diz Antônio Bispo¹⁶. E quando vocês forem a uma cidade, não visitem a cidade porque vocês já sabem arquitetar cidades. Vão a uma aldeia, a uma comunidade indígena, um bairro indígena, um quilombo, às favelas, é lá que vocês têm que caminhar para construir um novo Brasil, novas moradias, novas arquiteturas, refletindo sobre essas identidades. Que as deusas da floresta abençoem todos vocês.

¹⁶ Antônio Bispo dos Santos. Mais info: <https://www.saberestradicionais.org/antonio-bispo-dos-santos/>.